

Universidade Federal do ABC

Justificativas oficiais para a intervenção da OTAN na Guerra Civil da Líbia de 2012.

São Bernardo do Campo

2022

I. Resumo

Palavras-chave: Líbia, Responsibility to Protect OTAN.

O projeto analisa as justificativas oficiais usadas pela OTAN para intervir na Guerra Civil da Líbia, buscando as bases conceituais que serviram de base para criar uma legitimidade de ação para a operação. O projeto foca no conceito de Responsibility to Protect e na sua aplicação durante o confronto, observando seu papel em discursos oficiais de autoridades de membros da operação, além de traçar suas origens como formulação teórica. O projeto também busca analisar a postura da mídia de países participantes da operação e como essas ajudam a construir a narrativa oficial em suas reportagens.

II. Introdução

A OTAN, é uma organização defensiva criada durante a Guerra Fria, sob a liderança dos Estados Unidos da América no ano de 1949, com o intuito de oferecer apoio militar contra uma possível tendência expansionista da União Soviética, sendo uma cláusula da organização que caso algum país membro fosse atacado, todos os países interpretariam como um ataque direto contra si. Após o final da União Soviética, no ano de 1991, a OTAN, passou por uma situação complexa, pois a ameaça mais clara aos países membros não existia mais, com essa correndo risco de desaparecer. Entretanto, após os atentados de 11 de setembro nos EUA, a organização ganha um novo significado, passando a ter uma atuação mais ativa no campo internacional, sobre o pretexto de lutar contra o terrorismo e defender os direitos humanos pelo globo. Foi naquele contexto que surge o conceito de Responsibility to Protect usado na Guerra Civil da Líbia.

No ano de 1994, após a queda do avião do ex-presidente de Ruanda, Juvénal Habyarimana, se iniciou no país um confronto que foi extremamente violento, entretanto não ocorreu nenhuma intervenção externa capaz de impedir a perda de muitas vidas. A inércia internacional gerou muitas críticas, em relação a postura de grandes potências em face da situação. Por conta desse

acontecimento, surge o conceito de Responsibility to Protect (R2P) desenvolvido pelo Comitê Internacional de Intervenção e Soberania do Estado das Nações Unidas no ano de 2001, sendo adotado em 2005 pela Cúpula Mundial da ONU. O conceito aparece na obra de Gereth Evans, ex Ministro das Relações Exteriores da Austrália, *The responsibility to protect: ending mass atrocity crimes once and for all* (2008). O autor assume que o principal responsável para proteger o próprio povo é o Estado, pois tem a responsabilidade de sempre prezar pela vida de seu povo. Entretanto, quando um país soberano for incapaz ou desinteressado em proteger seu povo de uma situação de grande risco, é dever da comunidade internacional intervir com o objetivo de proteger a vida humana, sendo característica essencial do R2P, a ação preventiva.

É possível notar algumas características chaves do conceito na intervenção feita pela OTAN na extinta Iugoslávia, na década de 1990, com o intuito de proteger as minorias bósnias islâmicas do país contra atos violentos proferidos por croatas e sérvios. Com a OTAN participando ativamente no processo de desintegração da Iugoslávia, promovendo um no-fly zone na região próxima de Sarajevo, sob o pretexto de evitar um massacre. No artigo *A Responsibility to Protect* (2014), Colonel Colm Doyle, ex-chefe da Operação de Monitoramento da União Europeia na Bósnia-Herzegovina, apresenta uma situação de debate sobre o futuro das intervenções em uma era pós Guerra Fria, numa situação conforme citado anteriormente que a OTAN precisa reconstruir seu significado.

At the fifteenth annual conference of this committee, held in this very room in November 1993 on the theme of 'New Forms of Interventionism in World Politics', the opening speech by the then foreign affairs minister, Dick Spring, included the following:

UN intervention.. .will always be fraught with complications and questions about the limits of its scope vis-a-vis state sovereignty. There will be moral dilemmas to be faced, such as we have seen, for example, in the Bosnian operation, between...the humanitarian imperative to protect human life, on the one hand, and the need to respect the Charter requirement of non-intervention in essentially domestic matters on the other.¹

I will also quote from another speaker at that conference, Caroline Thomas from the Department of Politics at Southampton University, who said:

Many of the moral dilemmas with which we are faced in the international arena today arise from uncertainty over the value to be attached to sovereignty and to human rights, to states and to human beings. A vigorous debate is ongoing within the fields of international law, political philosophy and ... international relations, as well as in the domain of practical politics. (DOYLE, p.21. 2014).

Dois pontos da passagem de Doyle merecem destaque, a primeira delas a preocupação com a legitimidade moral com as operações de intervenção, tendo em vista que se trata de uma violação da soberania, algo que geralmente não é bem-visto pela comunidade internacional. A segunda, é a clara noção dos indivíduos que o contexto internacional mudou, com o final da URSS, dessa forma, as justificativas para poder atuar e intervir também mudaram, conforme pode ser notado no próprio título da reunião: “New forms of interventionism in world politics”.

No ano de 2011, no contexto da Primavera Árabe, ocorrem uma série de manifestações contra o Chefe de Estado líbio Muammar al-Gaddafi, sendo essas reprimidas pelo governo central. Em um contexto que, forças rebeldes se organizavam para representar uma resistência armada contra al-Gaddafi. Em 19 de março de 2011, se inicia uma operação militar em conjunto de várias nações, lideradas inicialmente pelos EUA e posteriormente pela OTAN, cujo nome foi Unified Protector, com o objetivo de fornecer apoio militar às forças rebeldes e instaurar uma zona de exclusão aérea na Líbia. A operação passou pela aprovação do Conselho de Segurança da ONU, contado com dez votos favoráveis e cinco abstenções, de Brasil, Rússia, Índia, China e da Alemanha.

Em 22 de fevereiro de 2011, um pouco menos de um mês antes do início da operação da OTAN, as primeiras movimentações oficiais por parte de uma série de organismos internacionais foram feitas em relação a Líbia. A primeira, foi a Organização para a Cooperação Islâmica, que condenou os atos de Gaddafi, afirmando que eram incompatíveis com os valores do ser humanitários e do islã. Sendo a participação do país na Liga Árabe suspensa e a União Africana condenando os atos do governo líbio no dia seguinte. Em 25 de fevereiro, o

Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas realizou uma reunião especial para debater o tema, sugerindo a suspensão da Líbia, o que foi aprovado uma semana depois, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, sendo a primeira vez que um país foi suspenso.

Em 17 de março de 2011, o Conselho de Segurança da ONU, aprovou a resolução 1973, que permitia a instauração na Líbia uma área de No Fly Zone, sob o pretexto de que o governo local representava uma ameaça para população local. Sendo a primeira vez que o conceito de Responsibility to Protect foi usado como uma justificativa para uma intervenção. Segundo Paul Tang Abonomo, na dissertação *The Responsibility to Protect and United States Intervention in the Libyan Civil War*, o autor afirma que a velocidade com que os organismos internacionais se movimentaram durante a Guerra Civil da Líbia foi bastante rápida, o que pode ser explicado pela influência da diplomacia estadunidense no processo de tomada de decisão dos países em relação a questão.

O Presidente estadunidense em exercício no período, Barack Obama, se pronunciou sobre o assunto em um discurso em 28 de março de 2011. Obama lembrou o papel que os Estados Unidos desempenharam um “papel único” global no esforço da luta pela liberdade do indivíduo e da segurança global, reforçando que o país sempre relutaria no uso da força, entretanto, em uma situação em que os interesses e valores do país estão em risco, os EUA teriam a “responsabilidade de agir”. Segundo o então presidente, era o que estava acontecendo na Líbia. Portanto, o conceito de Responsibility to Protect, fez parte das bases da política externa de Obama. Com uma das escolhidas para a segunda gestão do ex-presidente, Samantha Power, para o cargo de embaixadora dos Estados Unidos na ONU, escrevendo a obra *A problem from hell: America and the Age of Genocide* (2002) que aborda a relutância de políticos estadunidenses em intervir em situações de mortes em massa e defendendo a necessidade dos EUA de assumirem a responsabilidade de proteger os povos ameaçados. (President Obama’s Speech on Lybia. Youtube. 28 de março de 2011).

O presidente francês no período da operação na Líbia, Nicolas Sarkozy, em um discurso após a aprovação pelo Conselho do Europeu para formação de uma coligação para interferir na Líbia, Sarkozy fala em uma situação histórica, em

que a França se encontra muito satisfeita pela decisão do conselho em apoiar a aplicação de uma zona de exclusão aérea na Líbia. O ex-presidente também saldou a união da Europa em relação ao compromisso com a responsabilidade de proteger. Nas palavras de Sarkozy, a decisão iria garantir a manutenção da vida dos civis líbios, com a operação chegando a um fim quando o bem-estar da população estivesse novamente garantido. (Sarkozy comments on Libya, Euro plus Pact-Brussels press conference. Youtube. 25 de março de 2011). De acordo com Jason Davidson, no artigo France, Britain and the intervention in Lybia : an integrated analysis. O autor, traz luz para outros possíveis motivos para um interesse de Sarkozy na Líbia, como a importância estratégica energética do país africano, uma tentativa de desviar a atenção para problemas internos da França, como a questão da imigração, com a Líbia sendo uma rota usada por imigrantes para a Europa, sendo essa preocupação interna justificada pelo fato do ex-presidente francês estar preocupado com os resultados da eleição que ocorreriam em 2012.

Com os dois discursos, é possível observar a importância dada pelos países da OTAN, em oferecer uma justificativa que traga uma legitimidade para uma operação militar. Ambos os discursos ressaltam a importância do conceito de Responsibility to Protect, ou seja, a importância de proteger a vida e as liberdades do indivíduo. Nas palavras dos governantes, a operação se trata de um combate a um mau legítimo e uma ameaça aos valores da comunidade internacional, sempre assinalando que se trata de uma operação de precisão e não de uma ocupação.

Um dos jornais mais influentes do mundo contemporâneo, o New York Times, cobriu ativamente a guerra civil na Líbia, no artigo científico Corpus Linguistics in Critical Discourse Analysis: A Case Study on News Reports of the 2011 Libyan Civil War (2013) de Sibio Chen, o autor faz um levantamento do uso de palavras e expressões que foram empregadas pelo jornal durante o conflito para se referir a Guerra Civil da Líbia, colocando em comparação com o China Daily, ressaltando que a posição do governo chinês durante o conflito foi de neutralidade. Chen, analisa o contexto empregado em situações que ambos os jornais utilizam o lexema “Gadhafi” ou “Qaddafi”, dividindo a conotação empregada pelos jornais em 4 grupos de descrição, negativa, de ação dos

rebeldes e OTAN, neutra ou positiva e outra. No artigo, o autor chega a duas conclusões, a primeira é que ambos atribuem a Gaddafi um papel central no conflito, com o uso do lexema “Gadhafi” ou “Qaddafi” sendo o mais usado nas reportagens sobre o tema, com 278 usos nas reportagens dos dois jornais. A segunda conclusão: os dois órgãos de imprensa trazem uma abordagem distinta em relação ao tema, com O China Daily trazendo uma abordagem neutra ou até mesmo favorável, com 13% das descrições envolvendo o lexema Gaddafi sendo negativas, enquanto o New York Times com uma postura mais favorável aos rebeldes com 31% dos contextos com um sentido crítico em relação a Gaddafi. O autor interpreta as informações da seguinte forma:

The portrait of Qaddafi in The New York Times was of a ruthless dictator who conducted a brutal genocide against Libyan civilians. However, such highly negative adjective phrases cannot be found in the CD corpus, which described Qaddafi as a neutral or even somewhat positive political figure who, despite some minor political errors in his home country, still received significant support from the Libyan people and bravely fought against NATO's military intervention. (CHEN, p.26. 2013).

Podemos notar o esforço por parte dos líderes dos países participantes do conflito, em desenvolver uma narrativa que forneça uma legitimidade para a intervenção na Líbia, com os jornais ajudando a construir uma imagem de uma luta para preservar o bem-estar da população da Líbia. Entretanto, a aplicação do conceito de Responsibility to Protect, vem sofrendo muitas críticas, em especial por dois pontos, o primeiro é a dificuldade de definir uma situação em que de fato pode ser considerado um genocídio, com os estados soberanos muitas vezes discordando se a situação se encaixa no termo, como por exemplo, em relação o que aconteceu na região do Donbass na Ucrânia a partir de 2014, com a Federação Russa afirmando que se tratava de um genocídio por parte dos ucranianos em relação as populações russas e as lideranças ocidentais rechaçando a terminologia para definir o contexto, assim como os muçulmanos rohingyas, no Myanmar, que passam por uma situação difícil na região, entretanto, não recebem um apoio internacional tão enérgico quanto os bósnios, russos no Donbass e líbios. O que abre brecha para uma segunda crítica a aplicação do conceito, a existência de outros fatores que influenciem a

intervenção para além de uma luta contra genocídios pelo mundo, como interesses estratégicos e políticos.

III. Objetivos

O objetivo geral do projeto é fazer um levantamento das justificativas usadas pela OTAN para intervir na Guerra Civil da Líbia e, entender como estas se constituem. O tema recebe uma atenção considerável das lideranças internacionais durante o ano de 2011, em especial no esforço de construir uma legitimidade para a ação.

O projeto tem como meta analisar os pontos apresentados na introdução, com um foco particular no Responsibility to Protect.

- 1) Entender como se constituiu o conceito de R2P, buscando suas origens teóricas e o contexto em que foram desenvolvidas.
- 2) Analisar a aplicação do R2P no caso específico da Guerra Civil da Líbia e a recepção internacional do conceito durante o conflito.
- 3) Fazer um levantamento dos discursos das lideranças internacionais que comandaram a operação, buscando compreender a maneira com que as falas proferidas se constituíam e como elas se relacionam com o conceito de R2P.
- 4) Ponderar sobre o papel de organismos e instituições internacionais para a intervenção.

A pesquisa terá como meta relacionar os fatores descritos acima, com o intuito de ao final entender as justificativas usadas pelo norte global para ter legitimidade para intervir na Líbia.

IV. Metodologia

Os textos previamente selecionados para o estudo são: The Responsibility to Protect and United States Intervention in the Libyan Civil War de Paul Abonamo, A problem from hell: America and the Age of Genocide de Samantha Power, The responsibility to protect: ending mass atrocity crimes once and for all, de Gereth Evans, Libya Rise and Fall of Qaddafi, de Alison Pargeter, Corpus Linguistics in

Critical Discourse Analysis: A Case Study on News Reports of the 2011 Libyan Civil War de Sibó Chen, Responsibility to Protect: Political Rhetoric or Emerging Legal Norm? de Carsten Stahn Responsibility to Protect and International Law de Alex Bellamy e Ruben Reike, A Responsibility to protect, do Coronel Colm Doyle, France, Britain and the intervention in Lybia: an integrated analysis, de Jason Davidson e The Middle East in international relations: power, politics and ideology de Fred Halliday. Tem por ideia montar um fichamento e leitura detalhada dos textos selecionados, com a ideia de articular os trabalhos, buscando pontos de concordância entre os textos. Se necessário, outros textos serão adicionados ou trocados.

Para elucidar melhor a questão do papel da intervenção e a visão sobre o Oriente Médio e África do Norte, em um mundo pós Guerra Fria, buscamos a referência da obra *The Middle East in international relations: power, politics and ideology* (2005), de Fred Halliday, o autor afirma que três tópicos principais atraem o interesse dos Estados Unidos na região, a primeira é o petróleo, essencial para a segurança energética do país, a segunda a proteção do Estado de Israel, um aliado muito valorizado por Washington por representar um contraponto não árabe e não islâmico na região e os atentados de 2001, que representaram uma ameaça a segurança dos EUA. Outro ponto destacado pelo autor é, que mesmo com o final da Guerra Fria, uma parte considerável das lideranças da região se contraponham internacionalmente a hegemonia estadunidense na região com Gaddafi sendo um dos líderes que viam a influência dos EUA com maus olhos.

O projeto também contará com os discursos proferidos pelo ex-presidente estadunidense Barack Obama sobre a guerra na Líbia, além de outras autoridades, com Sarkozy, que lideraram a Operação Unified Protector, como outros chefes de estados, além de assessores da OTAN, também usando textos oficiais usados pela OTAN. Além de artigos de jornal publicados sobre o tema pelo jornal *The New York Times*, por conta de sua influência e cobertura detalhada do conflito. Previamente selecionamos as seguintes: Qaddafi's grip falters as his forces take on protesters, Líbia and the Responsibility to Protect, A libyan leader at war with rebels and reality, Land mines descend on Misurata's Port, endangering libyan's city's supply route e Obama's remarks on Libya. A ideia é buscar similaridades entre os discursos e os textos previamente selecionados,

com o intuito de compreender a ligação das obras que desenvolveram o conceito de Responsibility to Protect, com os discursos e reportagens, com a possibilidade de mais discursos e reportagens sejam adicionadas ou modificadas.

O Trabalho faz parte de um projeto maior do Projeto de extensão Laboratório de Estudos Árabes da UFABC.

V. Cronograma

Primeira etapa:

Primeiros 2 meses, uma pesquisa bibliográfica, com coleta de material: agosto e setembro de 2022.

4 meses seguintes, leitura do material coletado e fichamento: outubro, novembro e dezembro de 2022, janeiro de 2023.

Sendo os últimos 6 meses, interpretação do material levantado, montagem de um artigo como resultado do trabalho. Com o objetivo de publicar o texto: fevereiro, março, abril, maio, junho e julho de 2023.

VI. Referências Bibliográficas

ABONOMO, Paul. The Responsibility to Protect and United States Intervention in the Libyan Civil War (2011), Dissertations. 2297. Loyola University Chicago. 2016

Baum, Matthew e ZHUKOV, Yuri. Filtering Revolution: Reporting bias in international newspaper coverage of the Libyan civil war. Journal of Peace Research, vol. 52(3), p. 384-400. 2015.

BELLAMY, Alex e REIKE, RUBEN. Responsibility to Protect and International Law. In: Global Responsibility to Protect 2 p. 267-286. Koninklijke Brill NV, Leiden. 2010.

CHEN, Sibo Corpus Linguistics in Critical Discourse Analysis: A Case Study on News Reports of the 2011 Libyan Civil War. Simon Fraser University Stream: Politics vol. 5, no. 1, p.21-28. 2013.

CHIVERS, C.J. Land mines descend on Misurata's Port endangering libyan's city's supply route. The New York Times. 6 de maio de 2011.

COTLER, Irwin e GENSER, Jared. Libya and the Responsibility to Protect. The New York Times. 28 de fevereiro de 2011.

DAVIDSON, Jason. France, Britain and the intervention in Lybia: an integrated analysis. Cambridge Review on International Affairs, 26:2, 310-329. 2013.

DOYLE, Colm. A Responsibility to protect. Irish Studies in International Affairs, Vol. 20. pp.21-26. 2014.

EVANS, Gereth. The responsibility to protect: ending mass atrocity crimes once and for all. Brookings Institution Press. 2008.

HALLIDAY, Fred. The Middle East in international relations: power, politics and ideology. Cambridge University Press. Cambridge. 2005

KIRKPATRICK, David. A libyan leader at war with rebels and reality. The New York Times. 6 de março de 2011.

KIRKPATRICK, David e EL-NAGGAR, Mona. Qaddafi's grip falters as his forces take on protesters The New York Times. 21 de fevereiro de 2011.

OBAMA, Barack. President Obama's Speech on Lybia. Youtube. 28 de março de 2011.

Obama's remarks on Libya. The New York Times. 28 de março de 2011.

PARGETER, Alisson. Lybia: Rise and Fall of Qaddafi. Yale University Press. 2012.

POWER, Samantha. A problem from hell: America and the Age of Genocide. Basic Books. 2002.

SARKOZY, Nicolas. Sarkozy comments on Libya, Euro plus Pact- Brussels press conference. Youtube. 25 de março de 2011.

STAHN, Carsten. Responsibility to Protect: Political Rhetoric or Emerging Legal Norm? The American Journal of International Law, vol. 101, no 1. P. 99-120. 2007.

